

Parte IV - Usted preguntará por qué cantamos

Os “psicanalistas argentinos” no Rio de Janeiro: problematizando uma denominação

Maria das Graças dos Santos Duarte
Patrícia Jacques Fernandes
Heliana de Barros Conde Rodrigues

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

DUARTE, MGS., FERNANDES, PJ., and RODRIGUES, HBC. Os “psicanalistas argentinos” no Rio de Janeiro: problematizando uma denominação. In JACÓ-VILELA, AM., CEREZZO, AC., and RODRIGUES, HBC., orgs. *Clio-psyché: fazeres e dizeres psi na história do Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 150-167. ISBN: 978-85-7982-061-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

OS “PSICANALISTAS ARGENTINOS” NO RIO DE JANEIRO: PROBLEMATIZANDO UMA DENOMINAÇÃO

*Maria das Graças dos Santos Duarte **

*Patrícia Jacques Fernandes ***

*Heliana de Barros Conde Rodrigues ****

O presente trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla, que visa à reconstrução do percurso histórico da Análise Institucional em nosso país. Nesta direção, uma análise preliminar da bibliografia pertinente permite destacar, no que tange ao Rio de Janeiro¹, a criação, em 1978, do Instituto Brasileiro de Psicanálise. Grupos e Instituições (IBRAPSI)², estabelecimento voltado à formação tanto de psicanalistas como de socioanalistas ou analistas institucionais³. A mesma bibliografia, no entanto, tem por característica marcante o exercício de uma espécie de diluição das propostas e ações do IBRAPSI nas de um conjunto mais amplo de estabelecimentos “alternativos”, surgidos nos anos 70, no bojo do processo de progressiva perda do monopólio da International

* Graduada do curso de Psicologia da UERJ, bolsista de Iniciação Científica da UERJ.

** Graduada do curso de Psicologia da UERJ, bolsista de Iniciação Científica — FAPERJ.

*** Professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UERJ.

¹ Para uma apreciação da presença do paradigma da Análise Institucional em Belo Horizonte, com cerca de uma década de antecedência, ver MATA MACHADO, M.N. *Práticas pedagógicas da Psicossociologia nos anos 60 e 70*, neste volume. Observe-se, em acréscimo, que alguns psicanalistas e profissionais das ciências humanas —destacando-se Chaim S. Katz e Marco Aurélio Luz— já trabalhavam com a Análise Institucional no Rio de Janeiro mesmo antes da fundação do IBRAPSI.

² O IBRAPSI teve como marco de instauração o I Simpósio Internacional de Psicanálise, Grupos e Instituições, realizado em 1978. Seus fundadores foram Gregório Baremlitt, Luís Fernando Melo Campos e Chaim S. Katz. Para detalhes adicionais, consultar RODRIGUES, H.B.C. “*Um Robespierre rio-platense e um Damon tupiniquim?*” *Episódios da Análise Institucional no Rio de Janeiro*, neste volume.

³ Para alguns autores, a socioanálise designa a Análise Institucional em situação de intervenção. Para outros, consiste na vertente do institucionalismo associada aos nomes de René Lourau e Georges Lapassade. No IBRAPSI, o termo era usado, em princípio, de forma ampliada, enquanto análise sociopolítico-institucional das problemáticas envolvendo a subjetividade.

Psychoanalytical Association (IPA) sobre a formação e legitimação de psicanalistas.

Nossa investigação, diferentemente, pretende singularizar a presença do IBRAPSI neste panorama, mediante uma análise minuciosa de suas condições sociopolíticas de existência e de seus efeitos. A exposição que se segue constitui um dos primeiros passos neste sentido.

Façamos, para tanto, uma brevíssima incursão a alguns traços distintivos da formação psicanalítica nos primórdios da década de 70. Encontramos então, no Rio de Janeiro, dois estabelecimentos filiados à IPA: SPRJ (Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro) e SBPRJ (Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro). Reconhecidas internacionalmente na segunda metade da década de 50, as duas sociedades começam a aglutinar-se em associações e comitês de caráter nacional, ou latino-americano, desde o início dos anos 60; aliada à restrição do acesso à corporação médica e à manutenção de hierarquias internas bastante rígidas, tal tática se insere na estratégia de monopolização da formação e legitimação de psicanalistas. Conforme a expressão de Coimbra (1999), SPRJ e SBPRJ se dirão “guardiãs da ‘verdadeira’ psicanálise” (p. 82), invalidando aprioristicamente quaisquer tentativas outras de transmissão e/ou prática do legado freudiano.

Segundo Figueiredo (1984), o papel dos psicanalistas argentinos é fundamental para a modificação desse quadro. A vinda de tais profissionais para ministrar cursos e supervisões intensifica-se desde 1970 e traz múltiplas inovações, pois os agentes portam concepções distintas daquelas aqui difundidas pelas sociedades oficiais: criticam a limitação da prática analítica aos consultórios privados, ambicionando ampliar o campo assistencial da psicanálise; em acréscimo ao ajuste clássico, introduzem diversas técnicas terapêuticas adjetivadas como psicanalíticas, quase todas caracterizadas por tendências grupalistas. Sendo assim, embora a prática privada de consultório continue a ser privilegiada como representando a psicanálise *stricto sensu*, a ortodoxia torna-se cada vez mais passível de contestação.

Ao apoiar-se nestas circunstâncias, grande parte da literatura dedicada à difusão psicanalítica costuma fazer menção ao papel dos “psicanalistas argentinos” no Rio de Janeiro. Acatando provisoriamente tal denominação, aproximemo-nos do momento de penetração das ideias e práticas dos colegas platenses, procurando, outrossim, apreendê-lo de forma matizada, mediante uma ampliação do olhar em direção ao panorama latino-americano e internacional.

Os “psicanalistas argentinos” no Rio de Janeiro

A formação de psicólogos na Argentina, iniciada à década de 50⁴, é intensamente mareada por influências psicanalíticas: José Bleger, Fernando Ulloa e David Liberman estão presentes nos cursos praticamente desde a sua criação.

Quando graduados, os psicólogos fazem com os antigos professores terapias, supervisões e grupos de estudo, sem que isto redunde em serem oficialmente reconhecidos como analistas (cf. BALÁN, 1991), visto que a APA (Associação Psicanalítica Argentina) restringe a entrada aos diplomados em medicina.

A formação em Psicologia, na qual se destacam os paradigmas e projetos de Bleger, caracteriza-se por uma perspectiva socioantropológica, destinada a promover um trabalho psicoprofilático nas áreas menos favorecidas da sociedade, dirigido às instituições e à comunidade. Bleger preconiza que o psicólogo, ao contrário do psicanalista, ganha “identidade” exatamente por ir além dos limites do consultório privado, tornando-se um “agente de mudança” social. Os psicólogos, contudo, passam progressivamente a considerar que a proposta de tal atuação “preventiva” nada mais seria do que uma forma conveniente, porque politicamente atraente, de justificar sua exclusão da formação analítica oficial (cf. BRICHT *et al.*, 1973).

⁴ O primeiro curso universitário de Psicologia da Argentina foi criado na cidade de Rosário, em 1956. No ano seguinte, iniciou-se o da Universidade de Buenos Aires.

Apesar de manter invioláveis as sendas oficialistas, Bleger propugna por uma extensão da compreensão psicanalítica aos fenômenos sociais, necessariamente associada à dialética marxista. Ao mesmo tempo, outros membros da APA contribuem para a expansão das ideias freudianas na cultura argentina durante a década de 60, conquanto mais preocupados, no caso, com o êxito simbólico–mercadológico da doutrina do que com a ideologia política a que esta se associa. Assim, multiplicam-se os grupos de estudo privados, bem como os estabelecimentos paraoficiais de ensino, quase sempre sob a égide doutrinária de algum didata ou grupo de didatas. Tampouco neste caso, embora por razões diversas das alegadas por Bleger, defende-se a abertura da associação psicanalítica a agentes alheios à corporação médica.

Ao final dos anos 60, assistimos à eclosão da turbulência mundial representada pelas manifestações de maio de 68. Jovens corações e mentes desencadearam então uma onda de protestos em todo o mundo, sintetizável na formulação de um desejo: *mudar a vida*. Assembleias, passeatas, *slogans* e barricadas selaram alianças entre estudantes, intelectuais, artistas e trabalhadores para contestar a autoridade em toda a parte.

Nas palavras de Marcuse, maio de 68 significa “a grande recusa”: do autoritarismo, da centralização do poder, da tecnocracia, da burocracia, do consumismo, do cientificismo. Em suma, do totalitarismo em todas as suas manifestações —do Estado à vida cotidiana—, sejam elas de direita ou de esquerda. Também chamada *Internacional Estudantil*, a insurgência fez com que convergissem séries de fluxos até então dispersos, destacando-se neste processo: desejos de politização do cotidiano: constituição de novos campos de luta em torno do político: produção de formas alternativas de existência social, contestando diretamente os sistemas totalitários através da ação; surgimento de modos originais de intervenção no plano político, nos quais os elementos estéticos têm presença marcante (cf. RODRIGUES, 1990).

Na Argentina, a segunda metade da década de 60 começa exatamente sob o signo de tudo aquilo que será contestado pelo maio. Em 1966, Arturo Illha, o presidente eleito, é alvo de uma conspiração militar–sindical, sendo deposto pelas Forças Armadas. Instala-se a autodenominada “Revolução

Argentina”, sob a presidência do general Juan Carlos Onganía, que desde o início exerce violenta repressão sobre a universidade e os trabalhadores vinculados ao sindicalismo combativo. Mas se em termos do calendário instituído o período até 1968 transcorre sem que sejam demasiado visíveis as *barricadas do desejo*⁵, os meses de abril e maio de 1969 tornam-se palco de inúmeros atos estudantis de protesto, que somam forças aos dos operários insatisfeitos. Partindo de Córdoba, as manifestações —apelidadas “Cordobazo”— multiplicam-se, atingindo Tucumán, Corrientes, Rosário e Buenos Aires. Decreta-se uma greve geral para o dia 30 de maio e a sempre tradicionalista APA adere ao repúdio à repressão exercida sobre estudantes e trabalhadores, publicando uma nota discreta nos jornais e suspendendo por um dia suas atividades⁶.

O governo de Onganía, em represália às contestações generalizadas, adota medidas como o fechamento da Universidade de Córdoba, a criação de tribunais militares e o estabelecimento de um governo militar na província (cf. BEIRED, 1996). Ainda em 1969, os cursos de Psicologia são praticamente interrompidos, acusados de focos de subversão contra o regime.

No mesmo ano realiza-se o XXVI Congresso Internacional da IPA, em Roma, ocasião em que grupos europeus descontentes com a política da associação organizam um Contracongresso para pôr em debate: 1) a formação psicanalítica; 2) o significado, função e estrutura das sociedades psicanalíticas; 3) o papel social dos psicanalistas; 4) as relações entre psicanálise e instituições (cf. KESSELMAN, 1973).

Tais questionamentos redundam na formulação de críticas contundentes às ideologias burguesas presentes na psicanálise oficializada, culminando na criação de uma comissão internacional encarregada de conectar grupos de trabalho em diferentes países. Elabora-se, então, uma pauta de reivindicações, ou *Plataforma*, batizando assim o recém-criado movimento Plataforma Internacional.

⁵ Título do livro de Olgária Matos (1981) sobre o maio francês.

⁶ Acerca deste dia em que “os psicanalistas fizeram greve”, consultar Carpintero e Vainer, 1999.

De volta a Buenos Aires, Armando Bauleo e Hernán Kesselman, candidatos da APA que haviam participado do Contracongresso, fundam o Grupo Plataforma Argentino, congregando outros colegas em torno dos temas críticos.

Dois anos depois, no XXVII Congresso Internacional da IPA, realizado em Viena, Plataforma Internacional posiciona-se para além de simples contestações organizativas, afirmando não passar sua atitude, fundamentalmente, “pelas revoltas institucionais, mas pelo compromisso dos psicanalistas com os povos empenhados em suas lutas de libertação” (KESSELMAN, 1973: 248). Neste mesmo ano de 1971, precisamente em 4 de novembro, todos os membros do Plataforma Argentino⁷ apresentam renúncia formal à APA e à IPA através de uma declaração pública, na qual denunciam a ideologia burguesa da instituição oficial em todos os níveis de atividade: teórica, técnica, investigativa, didática e econômica (cf. SLAVUTZKY, 1983).

Pouco tempo depois, os analistas ligados ao grupo Documento, que questionavam igualmente o presumido apoliticismo da APA, também abandonam as sendas da psicanálise oficializada.

Se o Brasil teve o seu 68 “pontualmente”, embora o país estivesse há quatro anos sob uma ditadura militar, muito depressa as lutas contra a mesma na forma de discursos, conclamações, passeatas e barricadas foram brutalmente interrompidas. Ao final do ano, o Ato Institucional nº 5 e o decreto 477 começaram a esmagar, através de braços militares e paramilitares, as batalhas visíveis travadas por parlamentares, intelectuais, religiosos, trabalhadores e estudantes. Restou, como extrema recusa, a luta armada —urbana ou rural—, sob a inspiração dominante do foquismo guevarista, combatida durante o Governo Médici (1969–1974) com uma

⁷ São 18 os psicanalistas participantes do Plataforma Argentino quando da ruptura: Marie Langer, Gilberte Royer de Garcia Reinoso, Diego Garcia Reinoso e Emilio Rodríguez (didatas); Eduardo Pavlovsky (titular); Armando Bauleo, Hernán Kesselman e José Rafael Paz (associados); Lea Nuss de Bigliani. Fany Baremlitt de Salzberg, Gregorio Baremlitt, Guillermo Bigliani, Manuel Braslavsky, Luis Maria Esmerado, Andrés Gallegos, Miguel Matrajt, Guido Narvaez e Juan Carlos Volnovich (candidatos).

ferocidade da qual somente hoje começamos a conhecer minimamente os detalhes sórdidos e os protagonismos particulares.

Portanto, no momento em que alguns psicanalistas argentinos passam a frequentar o solo carioca, as inovações propostas, que em seu lugar de origem são objeto e instrumento de um debate acirrado, no qual a revolução nacional-popular, ou mesmo socialista, tem lugar privilegiado, aqui encontram um “milagre brasileiro” que alia, paradoxalmente, contestação e silenciamento. A categoria dos psicólogos, excluída da formação psicanalítica, luta por um lugar ao sol; a “cultura psicológica”, que tanto reivindica a palavra e a expressão livres, está, paradoxalmente, em franca expansão; mas os anos são de perseguição e tortura, e não de “plataformas” que, embora também combatidas nas terras do Prata, ainda ousam por lá, pelo menos até o golpe de 1976, trazer alguns sonhos de transformação à luz do dia.

Neste sentido, será mesmo possível falar do papel dos “psicanalistas argentinos” no panorama *psi* carioca de forma ligeira e pouco nuançada?

Os “psicanalistas argentinos” no Rio de Janeiro?

A literatura existente sobre o tema descortina uma variedade de apreciações. Boa parte dela, partindo do problema da difusão da psicanálise, trata quase em bloco os analistas argentinos, considerando-os subconjunto dos inúmeros agentes de implantação/expansão da “cultura psicológica” nas grandes cidades brasileiras. Alternativamente, outros trabalhos, preocupados em articular tendências sociopolíticas e produção de subjetividades, esforçam-se por estabelecer campos de diferença e/ou conflito entre agentes, segundo suas produções teóricas, práticas concretas e/ou alianças institucionais, tanto em seu país de origem quanto no Brasil.

Visando a uma aproximação crítica ao tema, tomemos como exemplo da primeira postura a pesquisa empreendida por Figueiredo (1984). Ali, embora a expressão “os argentinos” emirja associada à relevância dos mesmos na constituição e expansão da APPIA (Associação de Psiquiatria e

Psicologia da Infância e da Adolescência)⁸, outros grupos —destacando-se o CIAP (Centro de Investigação e Assessoramento em Psicologia)⁹ e o CDI (Centro de Docência e Investigação)¹⁰—, bem como nomes particulares — qual Rodolfo Bohoslavsky¹¹— são também subsumidos pelo rótulo, malgrado os diferentes momentos e espaços de influência, a variedade de posturas teóricas adotadas e a heterogeneidade das alianças institucionais estabelecidas. Mediante tal procedimento, embora não sejam *a priori* ignoradas as diferenças entre “os argentinos” —o trabalho é, inclusive, rico em especificações—, os distintos focos de origem dos profissionais e dos modelos de intervenção acabam por ser globalmente apreendidos pelo leitor como “tendo a psicanálise como suporte comum” e enquanto igualmente aptos a “proporcionar uma maior autonomização dos psicólogos em sua tentativa de apropriar-se da psicanálise” (FIGUEIREDO, 1984: 67).

Em contrapartida, os trabalhos que buscam romper com este efeito de totalização–homogeneização parecem preocupados em responder a duas indagações formuladas por Baremlitt (1987: 53), um dos tantos “argentinos” atuantes no Rio de Janeiro, integrante do Grupo Plataforma:

Creio que cabe perguntarmo-nos, em primeiro lugar, se alguma vez existiu ou existe algo como “um grupo de colegas que chegaram da Argentina”(…) Em segundo lugar, nos caberia interrogar se existe ou existiu algo como “Escola Argentina” ou “os argentinos”...

⁸ A APPIA mantinha fortes vínculos teóricos e institucionais com a ASAPPIA (Associação Argentina de Psiquiatria e Psicologia da Infância e da Adolescência), organização à qual se filiavam os primeiros psicanalistas argentinos a ministrar cursos e supervisões em solo carioca, entre os quais Mauricio Knobel, Eduardo Kalina, Arminda Aberastury, León Grinberg e Arnaldo Rascovsky.

⁹ Centro privado criado por psicólogos argentinas para ministrar cursos, assessorar instituições e, em especial, dirigir laboratórios grupais intensivos, sob a influência do Tavistock Institute, de Londres. Ao CIAP pertenciam Susana Pravaz e Esteia Troya que, em 1971, realizaram um diagnóstico institucional no Instituto de Psicologia Aplicada da PUC/RJ.

¹⁰ Núcleo formativo de trabalhadores em saúde mental, com ampla participação dos grupos Plataforma e Documento. Detalhes sobre o CDI serão explorados no corpo do texto.

¹¹ Discípulo de Bleger e criador de um famoso paradigma de orientação vocacional sob influência psicanalítica.

A tais perguntas, o autor contesta com duas negativas: percebe os compatriotas, no Brasil, “comportando-se de forma feliz ou desafortunadamente heterogênea” (p. 53); faz desfilar uma série de referências bibliográficas, cujos fundamentos se estendem do kleinismo à Análise Institucional francesa, passando por diferentes vertentes do freudo-marxismo e/ou do lacanismo–althusserianismo, no intento de desestabilizar qualquer intuito de afirmar tendências unitárias entre os analistas de seu país.

Alguns estudos mais recentes, conquanto marcados por esta invectiva a enfatizar a multiplicidade, esforçam-se por delimitar campos de forças, apelando ao conceito de *geração*, por mais que o reconheçam como bastante problemático quando usado em pesquisa histórica¹². Nesta linha, Coimbra (1995: 145) distingue duas gerações de argentinos no Brasil:

A primeira (...) defende a ‘verdadeira’ psicanálise e a formação analítica nos moldes da IPA (...). Aqui seus interlocutores são os psicólogos — carentes de modelos para uma ‘identidade’ profissional— e, sobretudo, alguns psicanalistas da SPRJ e da SBPSP [Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo]. A segunda geração, que chega a partir de 1976, em sua maioria exilada, irá gradativamente romper com as instituições analisadas anteriormente, demonstrando uma expressiva vinculação político–social em suas práticas, além de introduzir novas estratégias e táticas de ação.

Consciente do novo campo de uniformização introduzido pelo termo *geração*, a autora se apressa em assinalar que, mesmo na “segunda geração”, existem:

os que vêm exilados, por questões de militância política; os que vêm por questões de mercado, após a implantação da ditadura militar na Argentina, que muito vai ‘incomodar’ os ‘*psi*’ sem implicações políticas e (...) os que, mesmo por questões de exílio, encontram no Brasil um excelente ‘mercado *psi*’ (COIMBRA, 1995: 145).

A classificação em gerações, no entanto, não parece soar muito despropositada quando Coimbra se refere às reações dos psicanalistas das

¹² Para uma análise crítica do conceito de *geração*, por parte de um historiador, consultar Sirinelli, 1996.

sociedades oficiais, inclusive os por ela avaliados como mais progressistas, entrevistados em sua pesquisa: “insistem em dizer que a influência dessa ‘segunda geração’ de argentinos (...) é quase nenhuma”, sendo unânimes em afirmar que “a mais importante contribuição vem dos ‘oficiais’ do início dos anos 70” (*idem*: 150–151).

Finalmente, recente trabalho de Rodrigues (1999), dedicado à análise da historiografia das práticas grupais, retoma, apesar de todos os riscos, a expressão *gerações de argentinos*. Mediante o termo *geração* busca caracterizar menos um conjunto definido de agentes, uma temporalidade específica ou um paradigma fixo do que uma particular articulação entre estes elementos, enfatizando a necessidade de preservar, em qualquer análise, o vínculo entre a gênese teórico-técnica das práticas e a gênese social das mesmas; ou seja, suas condições histórico-institucionais de existência.

Nesta direção, afirma que na primeira metade da década de 70 uma “primeira geração” de argentinos —modernizadora, desenvolvimentista, sanitarista-preventivista, grupalista em compreensão (kleiniana, bioniana, pichoniano-blegeriana) e em extensão (mães, gestantes, crianças, adolescentes, pacientes orgânicos, professores, instituições)— vem ao Brasil e logo retorna a seu próprio país, sempre respondendo às demandas formativas que ela mesma ajuda a produzir. Já na segunda metade da década, uma “segunda geração” —igualmente grupalista, contudo também freudo-marxista, estruturalista, althusseriana, institucionalista, antipsiquiátrica, deleuze-guattariana *etc.*; em suma, “plataformista”— vem porque é obrigada a sair da Argentina em função do golpe militar de 1976 e tão cedo não pode retornar à terra natal.

A autora assinala, em destaque, que enquanto a primeira geração era bem acolhida pelos hierarcas oficialistas da Psicanálise do Rio de Janeiro, a segunda só recebe, por parte deles, desqualificação e desprezo.

Psicanálise e política nos anos 70

Com base nas considerações anteriores, retornemos à década de 70, momento em que a aparente tranquilidade que cerca a vinda de psicanalistas argentinos ao Rio de Janeiro é, decerto, apenas a face mais visível de um conflitivo e violento contexto sociopolítico presente no Cone Sul, inclusive nas hostes *psi*.

Durante o ano de 1970, dois acontecimentos são indicativos de tais circunstâncias. Em outubro, alguns integrantes do Plataforma Argentino, cada vez mais ligados à FAP (Federação Argentina de Psiquiatras) em busca de uma conexão sindical com as lutas estudantis e operárias, distribuem dentro da APA um panfleto de solidariedade a uma greve de trabalhadores. O presidente da Associação Psicanalítica protesta oficialmente em carta encaminhada à direção da FAP, qualificando a relação entre o órgão sindical e os psicanalistas como “pressão ideológica encoberta (...) impedindo a prévia assimilação reflexiva” (apud BRASLAVSKY e BERTOLDO, 1973: 35). Para o mesmo mês está convocado o VIII Congresso Latino-Americano de Psicanálise, a ser realizado em Porto Alegre, cujo tema fora previamente definido como “Violência e Agressão”. No entanto, por solicitação da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre e da APB (Associação Brasileira de Psicanálise)¹³, a temática — demasiado explosiva para a bem-comportada psicanálise oficial brasileira— é substituída pela presumidamente neutra “Correntes Atuais do Movimento Psicanalítico”. A APA, embora tivesse votado contra a mudança, envia um relatório oficial. Alguns didatas da associação, entretanto, recusam-se a participar do encontro, qualificando o novo tema como “uma espécie de sintoma (...) que permita ultrapassar a barreira da censura, levando porém sua própria marca” (GARCIA REINOSO, Diego *apud* BRASLAVSKY e BERTOLDO, 1973: 36). Sintoma bem pouco enigmático para falantes da língua portuguesa,

¹³ Associação que congrega, em nosso país, as sociedades filiadas à IPA.

diríamos nós, pois a Psicanálise latino-americana parece, efetivamente, aprisionada por rígidas *correntes*¹⁴.

O mês de março de 1971, por sua vez, assinala a primeira apresentação orgânica do Plataforma Argentino dentro da APA. Em uma sessão plenária, dispositivo no qual os candidatos não têm direito a se manifestar, Eduardo Pavlovsky, membro titular, assume como própria uma análise radicalmente crítica do relatório oficial enviado ao VIII Congresso Latino-Americano, na verdade redigida pelo candidato Gregorio Baremlitt¹⁵. Até aquele momento, as ações de Plataforma haviam sido minimizadas dentro da associação, interpretadas como meras “rebeliões juvenis”. A partir de então, tendo-se ouvido pela primeira vez nos salões do *petit hotel* da Calle Rodriguez Peia —a luxuosa sede da APA— os termos “internacionalismo” e “revolução” pronunciados em reunião de caráter institucional, fica-se tentado a concordar com as palavras de Braslavsky e Bertoldo (1973: 37): “isto [as ‘rebeliões juvenis’] podia estar certo, mas era o menos importante da questão”.

Com o fortalecimento de Plataforma e a emergência do Grupo Documento, abrem-se novas possibilidades e desafios: os excluídos da APA —uma minoria, por explícito desacordo político-ideológico; uma maioria, por discriminação corporativa (os psicólogos) ou econômica (altos custos da formação)— convertem-se em elementos de pressão, exigindo definições político-institucionais mais claras por parte dos analistas contestadores.

Como vimos anteriormente, tais definições serão explicitadas ainda em 1971, através da ruptura efetuada por Plataforma e Documento. A partir da mesma, os renunciantes, em lugar do pequeno e elitizado círculo da APA, encontram-se com amplos setores profissionais, mobilizados tanto pelas lutas políticas que sacodem o país como pelos redimensionamentos que estas implicam quanto às concepções e práticas em saúde mental. Nesta linha, a

¹⁴ Ao contrário do que possa parecer ao nosso “portunhol” habitual, o termo *correntes*, no sentido de grilhões, não seria traduzido em espanhol pelo quase homófono *corrientes*, e sim por *cadena*s.

¹⁵ O texto completo encontra-se publicado em Baremlitt (1973).

regional Capital Federal da FAP reúne-se às associações de psicólogos, de assistentes sociais e de psicopedagogos, constituindo uma frente sindical conjunta, a Coordenadoria de Trabalhadores em Saúde Mental (CTSM).

Ao final do ano, o Grupo Documento, frente à demanda de membros da CTSM de coletivizar um conhecimento até ali monopolizado pela APA¹⁶, propõe a criação, no interior da Coordenadoria, do Centro de Docência e Investigação (CDI). O projeto ganha a adesão de diversos membros de Plataforma, sendo implantado em meados de 1972, com o objetivo de oferecer uma alternativa de formação analítica aos “trabalhadores de saúde mental” (TSM), novos personagens que entram em cena, *com* acesso à psicanálise *sem* passar pela IPA.

Esta formação, no entanto, deve incorporar as críticas teóricas, técnicas, políticas e institucionais que os agora *trabalhadores* em luta pela revolução fazem aos moldes *burgueses* de transmissão, investigação e ação. Sendo assim, o projeto do CDI pretende “levar em conta a necessidade do exame crítico dos suportes que fundamentam a prática dos TSM e das condições socioeconômicas concretas em que estas se realizam”, situando a problemática da saúde mental “no contexto de uma sociedade dividida em classes, com interesses econômicos e políticos contrapostos”, na qual “a saúde se converte em um privilégio das classes dominantes” (Projeto do CDI, *apud* BRASLAVSKY e BERTOLDO, 1977: 42). Por conseguinte, a formação deveria distanciar-se radicalmente de um mero aprendizado de doutrinas e técnicas, bem como incluir, na própria dinâmica organizacional, dispositivos críticos, “em ato”, tanto dos modelos *ipeístas* como dos habitualmente utilizados em grupos de estudo privados.

Para tanto, estabelece-se um ensino não enciclopedista, sem seriação ou duração predeterminadas e que propugna pela horizontalidade nas relações professor–aluno. Três áreas foram implementadas: Teoria Geral

¹⁶ Quanto a tal monopólio, concordamos com Baremlitt, para quem “o elitismo [da APA I contribuiu para criar uma profusa mitologia nos *outsiders*, pela qual tudo que pertence ao horto proibido é superior e inquestionável, e deve ser seguido acriticamente” (1974:77).

(Materialismo Histórico e Materialismo Dialético); Teoria Específica (Epistemologia, Teoria Psicanalítica, Nosografia e Psicopatologia Psicanalítica); e uma terceira vertente, chamada simplesmente “área 3” — recomendada a todos, docentes e discentes—, cujo objetivo seria o questionamento permanente dos métodos e técnicas empregados pelos TSM. Esta *área* deveria promover a análise do quanto tais métodos e técnicas estariam condicionados pelo modo de produção capitalista vigente, e propor transformações em uma direção crítico–revolucionária.

Conquanto seus membros participem da instalação do CDI, Plataforma se autodissolve ao final de 1972, por razões que Barembliitt (1974) sintetiza como “políticas”, incluindo o adjetivo, evidentemente, uma variedade de zonas de conflito —teóricas, ideológicas, partidárias, profissionais, de luta pelo poder institucional *etc.*—, cuja análise ainda está por ser realizada em minúcia. Julgamos, no entanto, que Braslavsky e Bertoldo (1977: 41) enunciam um promissor ponto de apoio:

O fato político máximo deste grupo, a ruptura com a APA, marcou em sua própria cristalização o começo de seu declínio: a impossibilidade de repetir-se politicamente dentro da especificidade de sua tarefa. Os acordos ideológicos iniciais foram insuficientes para manter a coesão, pois a política os ultrapassava. A mudança de um cenário profissionalista para outro de sentido sindical coincidiu com um revigoramento das discussões políticas ante a perspectiva eleitoral...

O que em 1972 é perspectiva, em 1973 significa o retorno à democracia e, em especial, o regresso do peronismo, por 18 anos banido do cenário oficial, sob cuja bandeira conviviam as posturas e aspirações mais díspares (da burocracia colaboracionista e corrupta aos setores francamente revolucionários, passando por formas espontaneístas e ecléticas de “justicialismo”). A eleição do candidato peronista Hector Cámpora, seguida, poucos meses depois, por sua renúncia e novo processo eleitoral, traz o general Juan Domingo Perón de volta à presidência da nação, reativando esperanças de diversos matizes. No entanto, rapidamente crescem os enfrentamentos entre tendências peronistas, seguidos pela decisão do general de desencadear uma violentíssima perseguição aos Montoneros e à Juventude

Peronista, bem como às agrupações combativas da esquerda não peronista que eventualmente se aliavam às frações peronistas revolucionárias.

A CTSM e o CDI, antes funcionando em local pertencente ao Sindicato dos Gráficos, em 1973 haviam alugado sede própria, na Rua Thames, no bairro de Palermo, onde se realizavam tanto assembleias como aulas. A partir de 1974, esta forma legal de existência passa a ser bastante ameaçada, pois, principalmente após o falecimento de Perón, as “medidas antissubversivas” que este decretara são instrumentadas também sobre as universidades e outros setores de trabalhadores intelectuais, com explícita e amplamente tolerada participação da Triple A (Aliança Anticomunista Argentina). Assim, ao final de 1975 a polícia invade a sede da Rua Thames e, sob a alegação de uma presumida presença de material subversivo, aprisiona diversos alunos e professores.

Apesar do clima de terror que começa a solapar os projetos alternativos, o CDI resiste, chegando a pôr em marcha alguns projetos de publicações. Mas o golpe militar de março de 1976 não demora a encerrar as iniciativas remanescentes: o Centro fecha suas portas, temendo a onda incontrolável de prisões, sequestros e assassinatos, ainda mais porque “algumas vezes um ou outro general declarava na imprensa que Marx e Freud eram os inimigos da família e da pátria” (SLAVUTZKY, 1983: 52).

Durante o período 1974–1976, a par da experiência do CDI, implementam-se outros ensaios originais de formação, podendo-se entre eles destacar a EPFSO (Escola de Psicologia Freudiana e Socioanálise)¹⁷, criada por Gregorio Baremlitt. Embora fosse uma escola privada, tampouco escapou por muito tempo à vigilância do aparato de segurança: ameaças de bombas assustam os participantes e, pouco antes do golpe, encerra-se esta experiência de articulação entre Psicanálise e Marxismo,

¹⁷ Na EPFSO atuavam como docentes e/ou coordenadores de grupos operativos, entre outros, Juan Carlos De Brasi. León Rozitchener, Raul Sciarretta. Miguel Matrajt e Juan Carlos Volnovich. Na inauguração, em 1974, falou Oscar Masotta, indicando as relações de aliança então ainda possíveis entre lacanianos e marxistas.

que já incorporava amplamente, como instrumentos de intervenção e crítica, as ideias e ações da Análise Institucional francesa.

Considerações finais

Diante deste panorama (ou pesadelo?), são muitos os participantes de Plataforma, do CDI e da EPFSO, bem como dos movimentos de renovação desenvolvidos via cátedras universitárias, hospitais psiquiátricos e serviços de psiquiatria em hospitais gerais a deixar às pressas o país. O êxodo nem sempre espera até o golpe militar¹⁸ e em nada se assemelha a viagens de cooperação cultural. Trata-se de exílio, por lúcida precaução ou ausência de opção.

Nesta linha de análise, é indispensável inserir aqui um breve adendo sobre as defasagens temporais que marcam nosso velho Mercosul das ditaduras. Embora concordemos que, conforme assinala boa parte da bibliografia dedicada à difusão da psicanálise, a década de 70 assista à expansão da “cultura *psi*” tanto na Argentina quanto no Brasil, julgamos que certas diferenciações no plano político estão aptas a tornar visíveis novas nuances.

Enquanto a Argentina vive um período de lutas nacional-populares e/ou revolucionárias (1969–1973), nosso país está mergulhado no “milagroso” período dos anos de chumbo. Quando, por outro lado, aquela ingressa no prenúncio e desencadeamento do “Processo” ou “Guerra Suja” (1974/1976 em diante), aqui se inicia a distensão “lenta, gradual” e principalmente “segura” do Governo Geisel (1974–1979), pois ainda se vive sob o terrorismo de Estado e a Doutrina de Segurança Nacional.

É comum que se sublinhe ser este último Brasil um estranho país para exílio de “plataformistas”. Consideramos, por nossa vez, incômoda a ausência de estranhamentos quanto às *tranquilas* visitas de psicanalistas àquele outro Brasil —o dos “anos de chumbo”— a fim de ministrar cursos e supervisões. Há, no caráter como que “constatativo” ou “factual” da narrativa

¹⁸ Marie Langer exilou-se no México em 1974; Emilio Rodrigué em Salvador, Bahia, no mesmo ano.

de tais visitas, um pressuposto implícito: a possibilidade de analisar o campo psicológico colocando entre parênteses o contexto sociopolítico.

Em nossa perspectiva, tal suposição deve ser severamente questionada. E é através do estranhamento quanto a algumas *certezas*, como esta, *solidamente instituídas*, que afirmamos a singularidade das ações de uma “segunda geração” de argentinos em solo carioca —fundamental, a nosso ver, para uma reconstrução do percurso histórico da Análise Institucional no Brasil.

Referências bibliográficas

BALÁN, J. *Cuéntame tu vida. Una biografía colectiva del psicoanálisis argentino*. Buenos Aires: Planeta Espejo de la Argentina, 1991.

BAREMBLITT, G. *Ato psicanalítico e ato político*. Belo Horizonte: Segrac, 1987

_____. “Consideraciones en torno al problema de la realidad en psicoanálisis y del psicoanálisis en la realidad” in BAREMBLITT, G. *El concepto de realidad en psicoanálisis*. Buenos Aires: Ed. Socioanálisis, 1974.

_____. “Psicanálise, ideologia e política” in BAULEO, A; LANGER, M (org.) *Questionamos a psicanálise e suas instituições*. Petrópolis: Vozes, 1973.

BEIRED, J.L.B. *Breve história da Argentina*. São Paulo: Ática, 1996.

BRASLAVSKY, M.B.; BERTOLDO, C. “Anotações para uma história atual do movimento psicanalítico argentino” in LANGER, M (comp.) *Questionamos 2. Psicanálise institucional e Psicanálise sem instituição*. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.

BRICHT, S. *et al. El rol del psicólogo*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1973

CARPINTERO, E.; VAINER, A. *El día que hubo huelga de psicoanalistas*. Página 12. Buenos Aires. 27/05/1999.

COIMBRA. C.M.B. “Práticas ‘psi’ no Brasil do ‘milagre’: algumas de suas produções” in JACÓ-VILELA, A.M.; RODRIGUES, H.B.C.; JABUR, F

- (org.) *Clio-Psyché: histórias da Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: NAPE/UERJ, 1999.
- _____. *Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi do Brasil do “milagre”*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1995.
- FIGUEIREDO, A.C.C. “Estratégias de difusão do movimento psicanalítico no Rio de Janeiro 1970–1983”. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. PUC, 1984.
- KESSELMAN, H. “Plataforma Internacional: Psicanálise e anti-imperialismo” in BAULEO, A; LANGER, M (org.) *Questionamos a psicanálise e suas instituições*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- MATOS, O. *Paris 1968: as barricadas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- RODRIGUES, H.B.C. “As novas análises”. Projeto de Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. IMS/UERJ, 1990.
- RODRIGUES, H.B.C. “Sobre as histórias das práticas grupais. Considerações sobre um intrincado problema” in JACÓ-VILELA, A.M.; MANCEBO, D (org.) *Psicologia Social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.
- SIRINELLI, J.F. “A geração” in FERREIRA, M.M. e AMADO, J (org.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- SLAVUTZKY, A. *Psicanálise e cultura*. Petrópolis: Vozes, 1983.